

Proposta de aumentos salariais mantém-se

Revisão do SIADAP deverá reduzir tempo de progressão nas carreiras

A **FESAP** reuniu esta terça-feira, 12 de janeiro, com o Secretário de Estado da Administração Pública, José Couto, e com o Secretário de Estado do Tesouro, Miguel Cruz, tendo em vista a realização da reunião suplementar do processo de negociação do projeto de Decreto-Lei que procederá à atualização da Tabela Remuneratória Única para 2021, tendo o **Governo mantido uma proposta que desilude os cerca de 550 mil trabalhadores cujas remunerações permanecerão inalteradas e que anulará o afastamento que desde 2019 se verificava entre o salário mínimo e a posição de ingresso na Administração Pública, agravando as injustiças entre trabalhadores e reforçando a trajetória de aproximação do salário médio ao salário mínimo.**

A **FESAP** voltou a insistir na necessidade de devolução dos pontos indevidamente retirados aos trabalhadores das primeiras posições remuneratórias, uma vez que o seu direito à progressão na carreira foi anulado pelo aumento do salário mínimo, **garantindo que não deixará de lutar pela reposição da justiça numa situação que, mantendo-se, fará com que se verifiquem casos de trabalhadores da carreira de assistente operacional que se aposentam com um salário idêntico ao auferido por colegas acabados de ingressar nessa mesma carreira.**

Em termos remuneratórios e de acordo com o projeto de diploma do Governo, a remuneração de entrada na Administração Pública (4ª posição da TRU) passa a ser de 665,00 € (o mesmo valor do salário mínimo), enquanto as 5ª, 6ª e 7ª posições da TRU passam para os 703,13 €, 750,26 € e 801,91 €, respetivamente.

Todas as outras posições da TRU ficam congeladas, numa proposta que, depois do ridículo aumento de 0,3% verificado em 2020 e que não veio verdadeiramente interromper um período de uma década sem quaisquer aumentos, só pode merecer a mais veemente oposição por parte da FESAP e dos trabalhadores.

Neste encontro, houve ainda oportunidade de abordar outras importantes matérias, das quais **destacamos a previsão dada pelo Governo no sentido de ser agendado, até meados do próximo mês de março, o processo de negociação que visa rever o SIADAP**, tendo a **FESAP** referido a necessidade de se proceder também à revisão das carreiras gerais, uma vez que se verifica, cada vez mais, a necessidade de dar uma resposta mais concreta e especializada em determinados setores da Administração Pública, criando, nomeadamente, entre outras, as carreiras de técnico auxiliar de saúde e de técnico auxiliar de educação.

A **FESAP** procurará que as alterações que venham a ser efetuadas ao SIADAP tornem mais atrativas as carreiras da Administração Pública, **nomeadamente através da redução do tempo necessário para progredir nas carreiras, que é atualmente, para a vasta maioria dos trabalhadores, de 10 anos, e contribua para a mitigação de injustiças como as representadas pela retirada indevida de pontos para efeitos de progressão a milhares de assistentes operacionais ou pelo incompreensível atual sistema de quotas.**

Lisboa, 13 de janeiro de 2021